



Ao Banco Central do Brasil,

Referente: CARTA DE APRESENTAÇÃO

A Magnetis Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. inscrita no CNPJ/MF sob o nº 87.963.450/0001-68, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, apresenta por meio desta, as demonstrações financeiras para o **exercício** findo em **31 de dezembro de 2022**, e os esclarecimentos requeridos conforme disposto na Instrução Normativa BCB nº 54, de 16 de dezembro de 2020.

1. Encontram-se em arquivo anexo os seguintes documentos:

- Relatório da Administração;
- Relatório dos Auditores Independentes;
- Balanço Patrimonial;
- Demonstração do Resultado;
- Demonstração do Resultado Abrangente;
- Demonstração dos Fluxos de Caixa – Método Indireto;
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido;
- Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras.

2. Informamos que as demonstrações financeiras acima mencionadas foram publicadas no dia 30 do mês de março, no sítio eletrônico: <https://magnetis.com.br/demonstracoes-financeiras>

3. Por fim cumpre salientar que a alta administração da Magnetis Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. é responsável pelo conteúdo dos documentos contidos neste arquivo, e, por consequência, pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção.

Atenciosamente,

**Luciano Mascarenhas
Tavares**
Diretor

REINALDO DANTAS
Contador CRC-1SP.110.330/O-6



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Em cumprimento às disposições legais, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações contábeis da Magnetis Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda, acompanhadas das notas explicativas e do relatório do auditor independente, correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

O prejuízo do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$ 1.797 mil.

Gerenciamentos de Riscos e de Capital: em cumprimento às disposições regulatórias dispostas nas Resoluções números 4.557/17 e 4.968/21, publicadas pelo Conselho Monetário Nacional - CMN, a Distribuidora mantém uma estrutura de gerenciamento de riscos e gestão de capital.

Em 31 de dezembro de 2022, os limites operacionais da Distribuidora, apresentaram níveis adequados e suficientes, sendo compatíveis com a natureza de suas operações.

A DIRETORIA

Magnetis Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

Demonstrações financeiras acompanhadas do relatório do auditor independente

Em 31 de dezembro de 2022



Índice

	Página
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	3
Demonstrações financeiras	6
Notas explicativas da Administradora às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022	12

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.

Av. Eng. Luiz Carlos Berrini, 105 -
12º andar Itaim Bibi, São Paulo (SP)
Brasil

T +55 11 3886-5100

Aos Administradores e Acionistas da
Magnetis Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Magnetis Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (“Distribuidora”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Magnetis Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa, para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Distribuidora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Distribuidora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança sobre as demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Distribuidora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Distribuidora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Distribuidora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante, independente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base na referida demonstração financeira.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Distribuidora;

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração; e
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Distribuidora. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Distribuidora e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 24 de março de 2023

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-025.583/O-17



Thiago Benazzi Arteiro
Contador CRC 1SP-273.332/O-9

MAGNETIS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.

CNPJ(ME) 87.963.450/0001-68

BALANÇO PATRIMONIAL

Em 31 dezembro de 2022 e 2021

Valores em R\$ 1.000

A T I V O	NE	31/12/22	31/12/21
CIRCULANTE		2.726	7.786
DISPONIBILIDADES	4	440	253
INSTRUMENTOS FINANCEIROS		2.251	7.508
Aplicação interfinanceira de Liquidez	4	1.499	4.501
Títulos e valores mobiliários	5	667	2.956
Rendas a receber		85	44
Negociação e intermediação de valores			7
OUTROS ATIVOS		35	25
Outros créditos - Diversos		17	25
Despesas antecipadas		18	-
NÃO CIRCULANTE		5	6
IMOBILIZADO DE USO	3.5	5	6
Outras imobilizações de uso		6	6
(Depreciações acumuladas)		(1)	-
TOTAL DO ATIVO		2.731	7.792

MAGNETIS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.

CNPJ(ME) 87.963.450/0001-68

BALANÇO PATRIMONIAL

Em 31 dezembro de 2022 e 2021

Valores em R\$ 1.000

PASSIVO	NE	31/12/22	31/12/21
CIRCULANTE		987	4.874
INSTRUMENTOS FINANCEIROS		731	4.798
Depósitos	6.1	730	4.798
Negociação e intermediação de valores		1	-
OUTROS PASSIVOS		256	76
Fiscais e previdenciárias		61	33
Diversas	6.2	195	43
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.744	2.918
Capital:	9.1	4.723	4.100
De Domiciliados no país		4.723	4.100
Reservas de capital		37	37
(Prejuízos acumulados)		(3.016)	(1.219)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2.731	7.792

A DIRETORIA

REINALDO DANTAS

Contador CRC 1SP 110330/O-6

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

MAGNETIS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.

CNPJ(ME) 87.963.450/0001-68

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EM

Semestre findo em 31 de dezembro de 2022 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

Valores em R\$ 1.000

	NE	2º-SEM-22	2022	2021
RECEITAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		239	537	196
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		239	537	196
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		239	537	196
OUTRAS RECEITAS/ DESPESAS OPERACIONAIS		(685)	(2.334)	(1.716)
Receitas de prestação de serviços		403	661	142
Despesas de pessoal	10	(263)	(1.375)	-
Outras despesas administrativas	11	(772)	(1.520)	(1.783)
Despesas tributárias		(53)	(100)	(78)
Outras receitas operacionais		1	1	4
Outras despesas operacionais		(1)	(1)	(1)
RESULTADO OPERACIONAL		(446)	(1.797)	(1.520)
RESULTADO NÃO OPERACIONAL		-	-	-
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES		(446)	(1.797)	(1.520)
PREJUÍZO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO		(446)	(1.797)	(1.520)
Nº de cotas.....:		4.723.000	4.723.000	4.100.000
Prejuízo por cotaR\$		(0,09)	(0,38)	(0,37)

A DIRETORIA

REINALDO DANTAS

Contador CRC 1SP 110330/O-6

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

MAGNETIS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.

CNPJ(ME) 87.963.450/0001-68

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Semestre findo em 31 de dezembro de 2022 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

Valores em R\$ 1.000

	2º-SEM-22	2022	2021
RESULTADO LÍQUIDO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	(446)	(1.797)	(1.520)
RESULTADO ABRANGENTE	-	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL	(446)	(1.797)	(1.520)

A DIRETORIA

REINALDO DANTAS

Contador CRC 1SP 110330/O-6

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

MAGNETIS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.

CNPJ(ME) 87.963.450/0001-68

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Semestre findo em 31 de dezembro de 2022 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

Valores em R\$ 1.000

	Semestre de 01/07/22 a 31/12/22					
	CAPITAL REALIZADO	RESERVAS DE CAPITAL	RESERVA LEGAL	RESERVAS ESPECIAIS DE LUCROS	LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	T O T A L
SALDOS NO INÍCIO DO SEMESTRE EM 01/07/22	4.723	37	-	-	(2.570)	2.190
Prejuízo do semestre	-	-	-	-	(446)	(446)
SALDOS NO FIM DO SEMESTRE EM 31/12/22	4.723	37	-	-	(3.016)	1.744
MUTAÇÕES DO SEMESTRE:	-	-	-	-	(446)	(446)
	Exercício de 01/01/22 a 31/12/22					
	CAPITAL REALIZADO	RESERVAS DE CAPITAL	RESERVA LEGAL	RESERVAS ESPECIAIS DE LUCROS	LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	T O T A L
SALDOS NO INÍCIO DO EXERCÍCIO EM 01/01/22	4.100	37	-	-	(1.219)	2.918
Aumento de capital	623	-	-	-	-	623
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(1.797)	(1.797)
SALDOS NO FIM DO EXERCÍCIO EM 31/12/22	4.723	37	-	-	(3.016)	1.744
MUTAÇÕES DO EXERCÍCIO:	623	-	-	-	(1.797)	(1.174)
	Exercício de 01/01/21 a 31/12/21					
	CAPITAL REALIZADO	RESERVAS DE CAPITAL	RESERVA LEGAL	RESERVAS ESPECIAIS DE LUCROS	LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	T O T A L
SALDOS NO INÍCIO DO EXERCÍCIO EM 01/01/21	4.100	37	194	107	-	4.438
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(1.520)	(1.520)
Destinações:	-	-	(194)	(107)	301	-
Reserva Legal/Estatutária	-	-	(194)	-	194	-
Absorção de prejuízos com reservas	-	-	-	(107)	107	-
SALDOS NO FIM DO EXERCÍCIO EM 31/12/21	4.100	37	-	-	(1.219)	2.918
MUTAÇÕES DO EXERCÍCIO:	-	-	(194)	(107)	(1.219)	(1.520)

A DIRETORIA**REINALDO DANTAS**

Contador CRC 1SP 110330/O-6

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

MAGNETIS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.

CNPJ(ME) 87.963.450/0001-68

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (Método Indireto)

Semestre findo em 31 de dezembro de 2022 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

Valores em R\$ 1.000

	2º-SEM-22	31/12/22	31/12/21
<i>Fluxos de caixa das atividades operacionais</i>			
Prejuízo do semestre e exercício	(446)	(1.797)	(1.520)
Depreciações/amortizações/perdas valor recuperável	1	1	-
Ajustes de avaliação patrimonial no resultado	(1)	-	(3)
	<u>(446)</u>	<u>(1.796)</u>	<u>(1.523)</u>
<i>Varição de Ativos e Obrigações</i>	(6.019)	(1.642)	4.885
(Aumento) redução em instrumentos financeiros ativos	(60)	2.255	1.386
(Aumento) redução de outros ativos	74	(8)	(22)
Aumento (redução) em instrumentos financeiros passivos	(5.945)	(4.067)	3.465
Aumento (redução) em outros passivos	(88)	180	58
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	(2)	(2)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	<u>(6.465)</u>	<u>(3.438)</u>	<u>3.362</u>
<i>Fluxos de caixa das atividades de investimento</i>			
Inversões em:			
Imobilizado de uso	-	-	(6)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	-	-	(6)
<i>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</i>			
Recebimento pela integralização de capital	-	623	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	-	623	-
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	<u>(6.465)</u>	<u>(2.815)</u>	<u>3.356</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercício	8.404	4.754	1.398
Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre/exercício	<u>1.939</u>	<u>1.939</u>	<u>4.754</u>

A DIRETORIA

REINALDO DANTAS

Contador CRC 1SP 110330/O-6

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma).

1. Contexto operacional

A Magnetis Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ("Distribuidora"), é controlada pela empresa Braavos Holding Financeira Ltda., foi constituída por tempo indeterminado de duração, e tem como objeto social **(a)** a prática de todas as operações autorizadas em lei para as sociedades distribuidoras de títulos e valores mobiliários, de acordo com as disposições legais e regularmente expedidas pelas autoridades competentes; e **(b)** a participação em quaisquer outras sociedades como sócia, acionista ou quotista, desde que previamente autorizada pelo Banco Central do Brasil.

Os prejuízos acumulados estão de acordo com o plano de negócio da companhia, de investimentos na infraestrutura e sistemas da DTVM. Fatores externos, como os desdobramentos recentes nos mercados internacionais e locais seguem influenciando esses resultados. A administração da Magnetis DTVM está acompanhando de forma diligente os desdobramentos do cenário.

2. Base para elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as normas do Banco Central do Brasil (Bacen) através dos critérios estabelecidos no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif), incluindo a Resolução nº 4.818 de 29/05/2020 e Resolução Bacen nº 02/2020 do Conselho Monetário Nacional (CMN).

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais são aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo Bacen. Os pronunciamentos contábeis já aprovados são:

Resolução CMN nº 4.144/12 – Pronunciamento Conceitual Básico (R1)

Resolução CMN nº 3.566/08 – CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos

Resolução CMN nº 4.524/16 – CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis

Resolução CMN nº 3.604/08 – CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa

Resolução CMN nº 4.534/16 – CPC 04 (R1) - Ativo Intangível

Resolução CMN nº 3.750/09 – CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas Resolução CMN nº 3.989/11 – CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações

Resolução CMN nº 4.007/11 – CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro Resolução CMN nº 3.973/11 – CPC 24 - Evento Subsequente

Resolução CMN nº 3.823/09 – CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes Resolução CMN nº 4.535/16 – CPC 27 - Ativo Imobilizado

Resolução CMN nº 4.424/15 – CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados

Circular Bacen nº 3.959/19 – CPC 41 - Resultado por Ação

Resolução CMN nº 4.748/19 – CPC 46 - Mensuração do valor justo

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração efetue estimativas e adote premissas, no seu melhor julgamento, que afetam os montantes apresentados de certos ativos, passivos, receitas e despesas e outras transações; determinação do valor de mercado de instrumentos financeiros; e provisões necessárias para passivos contingentes, entre outras. Os valores reais podem diferir dessas estimativas.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria da Distribuidora em 07 de março de 2023.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma).

3. Principais práticas contábeis

3.1. Apuração do resultado

O regime contábil de apuração do resultado é o de competência e considera os rendimentos, os encargos e as variações monetárias ou cambiais, calculados a índices ou taxas oficiais, “*pro rata*” dia, incidentes sobre ativos e passivos atualizados até as datas dos balanços.

3.2. Disponibilidades

São representados por caixa e equivalentes de caixa em moeda nacional, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizadas pela Instituição para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

As aplicações interfinanceiras de liquidez, estão demonstradas pelo valor de compra com compromisso de revenda, acrescidas dos rendimentos decorridos, calculados em base “*pro rata die*”.

3.3. Instrumentos Financeiros

Títulos e Valores Mobiliários

De acordo com o estabelecido na Circular nº 3.068/01 do Banco Central do Brasil, os títulos e valores mobiliários, estão classificados nas seguintes categorias:

Títulos mantidos até o vencimento - são aqueles que a companhia tem a intenção e capacidade financeira para efetuar o resgate somente no vencimento. São avaliados a taxa de juros contratada pelo regime de competência “*pro rata die*”.

Títulos para negociação - considerando que foram adquiridos com o objetivo de serem negociados frequentemente e de forma ativa, são contabilizados pelo valor de mercado, com as perdas e os ganhos reconhecidos diretamente no resultado do exercício.

Títulos disponíveis para venda – não são classificados como “títulos para negociação” ou como “mantidos até o vencimento”, esses títulos são ajustados a valor de mercado, sendo o resultado da valorização, líquido dos efeitos tributários, registrado em conta destacada do patrimônio líquido. As perdas e os ganhos, quando realizados, são reconhecidos diretamente no resultado do exercício.

Negociação e intermediação de valores

Demonstrada pelo saldo das operações de compra ou venda de títulos e valores a receber, realizadas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, por conta de clientes, pendentes de liquidação dentro dos prazos regulamentares ou de vencimento dos contratos e intermediação de valores.

Depósitos

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base “*pro rata die*”. As captações no mercado aberto são classificadas no passivo circulante em função de seus prazos de vencimento, independentemente dos prazos de vencimentos dos papéis que lastreiam as operações.

3.4 Outros ativos e passivos circulantes e a longo prazo

Demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, os encargos e as variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até as datas dos balanços, calculados “*pro rata*” dia e, quando aplicável, o efeito dos ajustes para reduzir o custo de ativos ao seu valor de mercado ou de realização.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma).

3.5. Imobilizado de uso

São registrados pelo custo de aquisição e a depreciação foi calculada pelo método linear, com base em taxas que levam em consideração a vida útil e econômica dos bens, sendo de 20% a.a. para “Sistema de processamento de dados” e de 10% a.a. para as demais contas;

3.6. Ativos e passivos contingentes, provisões e obrigações legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e das obrigações legais estão sendo efetuados de acordo com os critérios definidos na Carta Circular nº 3.429/10 e na Resolução Bacen nº 3.823/09 que aprova o Pronunciamento Técnico nº 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

- **Ativos contingentes**

Não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.

- **Passivos contingentes**

São incertos e dependem de eventos futuros para determinar se existe probabilidade de saída de recursos; não são, portanto, provisionados, mas divulgados se classificados como perda possível, e não provisionados nem divulgados se classificados como perda remota.

- **Provisões**

São reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, com base na opinião de assessores jurídicos e da Administração, levando em conta a probabilidade de perda de uma ação judicial ou administrativa, se for provável uma saída de recursos para liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos sejam mensuráveis com suficiente segurança. Obrigações legais (fiscais e previdenciárias) - referem-se às demandas judiciais ou administrativas onde estão sendo contestadas a legalidade ou constitucionalidade de tributos e contribuições, as quais são integralmente reconhecidas nas demonstrações financeiras, independente da probabilidade de perda.

Os depósitos judiciais são mantidos em conta de ativo, sem serem deduzidas das provisões para passivos contingentes, em atendimento às normas do Bacen.

3.7. Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

A Distribuidora é tributada pelo Lucro Real, o encargo do imposto de renda é calculado à alíquota de 15% do lucro tributável, acrescida de 10% sobre o lucro que exceder R\$240 no ano.

A contribuição social sobre o lucro conforme a Lei nº 14.183/2021, é calculada à alíquota de:

- a) 15% do período de 01/01/2021 até 30/06/2021
- b) 20% do período de 01/07/2021 até 31/12/2021
- c) 15% do período de 01/01/2022 até 31/07/2022
- d) 16% a partir de 01/08/2022 (MPV 1.115/22).

Os créditos tributários e passivos diferidos são calculados, basicamente, sobre diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal.

3.8. Avaliação do valor recuperável dos ativos

Um ativo está desvalorizado quando seu valor contábil excede seu valor recuperável.

De acordo com a Resolução CMN nº 3.566/08, que dispõe sobre procedimentos aplicáveis no reconhecimento, na mensuração e na divulgação de perdas em relação ao valor recuperável de ativos (“*impairment*”), a Distribuidora testa, no mínimo anualmente, o valor recuperável dos seus ativos, sendo reconhecidas no resultado do período as eventuais perdas apuradas.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma).

No semestre findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021, não foram registradas perdas no valor recuperável dos ativos.

3.9. Mensuração a valor justo

A metodologia aplicada para mensuração do valor justo em ativos e passivos financeiros, quando aplicável, é baseada no cenário econômico e nos modelos de precificação desenvolvidos pela Administração, que incluem a captura de preços médios praticados no mercado, dados divulgados pelas diversas associações de classe, o valor das quotas de fundos de investimento divulgados pelos seus administradores, bolsa de valores e bolsa de mercadorias e de futuros, aplicáveis para a data base de balanço. Assim quando da efetiva liquidação financeira destes itens, os resultados poderão vir a ser diferentes dos estimados.

3.10. Transações com partes relacionadas

A divulgação de informações sobre as partes relacionadas é efetuada em consonância a Resolução CMN no. 3.750/09, que determinou a adoção do Pronunciamento Técnico – CPC 05, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, referente a divulgação de informações sobre as partes relacionadas.

3.11. Resultado recorrente e não recorrente

Resultado não recorrente é o resultado que esteja relacionado com as atividades atípicas da instituição e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. O resultado recorrente corresponde as atividades típicas da instituição e tem previsibilidade de ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

3.12. Lucro ou prejuízo por ação

O lucro líquido ou prejuízo por ação é calculado com base na quantidade de ações, na data do balanço.

4. Caixa e equivalente de caixa

	31/12/2022	31/12/2021
Disponibilidades - depósitos bancários	440	253
Aplicações interfinanceiras de liquidez		
Títulos Públicos LTN - Letras do Tesouro Nacional (a)	1.499	4.501
Total	1.939	4.754

(a) Em 31 de dezembro de 2022 estão representadas por aplicações em operações compromissadas, data de compromisso para 02 de janeiro de 2023, no valor de R\$ 1.499 (R\$ 4.501 em 31 de dezembro de 2021), remuneradas a taxas pré-fixadas, lastreados em títulos públicos – Letras do Tesouro Nacional com vencimento 01 de julho de 2024.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma).

5. Instrumentos financeiros

5.1. – Títulos e Valores Mobiliários

31/12/2022					
<u>Papel</u>	<u>Categoria</u>	<u>Sem vencimento</u>	<u>Acima de 1 ano</u>	<u>Valor de mercado</u>	<u>Valor de curva</u>
Vinculados ao Banco central					
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	Títulos para negociação	-	667	667	667
Total		-	667	667	667

31/12/2021					
<u>Papel</u>	<u>Categoria</u>	<u>Sem vencimento</u>	<u>Até 1 ano</u>	<u>Valor de mercado</u>	<u>Valor de curva</u>
Carteira Própria					
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	Títulos para negociação	-	2.370	2.370	2.370
Cotas de Fundos de Investimento (a)	Títulos para negociação	586	-	586	586
Total		586	2.370	2.956	2.956

Os títulos públicos estão custodiados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC), e ajustados a valor de mercado.

Em 31 de dezembro de 2022, foram registrados reversão dos ajustes de valor de mercado sobre os títulos classificados na categoria de títulos para negociação no montante de R\$ 2 (ajustes de valor de mercado em 31 de dezembro de 2021 no montante de R\$ 2), os quais foram reconhecidos em contrapartida do resultado.

(a) Em 31 de dezembro de 2022 não havia saldo de fundos de investimentos (Em 31 de dezembro de 2021 R\$ 587). Os Fundos de investimentos estão descritos abaixo:

<u>Tipo de papel</u>	<u>Quantidade de quotas</u>	<u>Valor unitário</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Cotas de fundos mútuos de renda fixa				
Magnetis Selic FIRF	501.887,35195400	1,05570960	-	530
Itaú Trust DI	204,61449	276,914713	-	57
Total			-	587

As cotas de fundos de investimento foram atualizadas pelo respectivo valor da cota, no último dia útil do semestre, e estão custodiadas na Administradora do Fundo.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma).

6. Instrumentos Financeiros – Passivos

6.1. Depósitos

	31/12/2022	31/12/2021
Recursos disponíveis de clientes (a)	730	4.798
Total	730	4.798

(a) Refere-se a recursos recebidos dos clientes em período no qual não foi possível fazer a aplicação imediata devido ao horário e a data de final de ano na qual o mercado estava fechado para novas aplicações.

6.2. Diversas

	31/12/2022	31/12/2021
Provisão de despesas pessoal	65	-
Provisão de outras despesas administrativas	38	40
Valores a pagar a sociedades ligadas (ver Nota Explicativa nº 7)	18	3
Credores diversos - país	69	-
Outros	5	-
Total	195	43

7. Partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2022 a Distribuidora tem saldo a pagar para a parte relacionada “Magnetis Gestora de Recursos Ltda.”, referente pagamento de despesas e tributos no montante de R\$ 18 (R\$ 3 em 31 de dezembro de 2021).

8. Ativos e passivos contingentes

8.1. Ativos contingentes

Em 31 de dezembro 2022 e 2021, a Distribuidora não possuía quaisquer ativos contingentes.

8.2. Passivos contingentes

Os processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível classificados, com base na opinião dos assessores jurídicos, como risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente. Nos exercícios findos em 31 dezembro de 2022 e 2021, não havia processos classificados com risco de perda provável e possível, de acordo com os assessores jurídicos.

9. Patrimônio líquido

9.1. Capital social

O capital social no montante de R\$ 4.723 (R\$ 4.100 em 31 de dezembro de 2021) está representado por 4.723 cotas, no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, subscritas e totalmente integralizadas por quotistas domiciliados no país.

Em 27 de junho de 2022 foi deliberado pelos quotistas o aumento de capital social de R\$ 4.100 para R\$ 4.723, no montante de R\$ 623 com a emissão de 623.000 novas cotas. Este aumento já foi homologado pelo Banco Central.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma).

9.2. Reservas

Essa rubrica é composta pelos saldos das reservas de “Capital” e de “Lucros”. Com o objetivo de garantir a integridade do capital social e do lucro líquido apurado, são destinados 5% para constituição da “Reserva legal”, que não excederá 20% do capital social. O lucro remanescente, após constituição da “Reserva legal”, é destinado à constituição da “Reservas especiais de lucros”, permanecendo nessa condição até que os cotistas deliberem por sua destinação.

A destinação das reservas é realizada no final do exercício social.

10. Despesas de pessoal

	2ºsem/2022	31/12/2022	31/12/2021
Despesas de honorários	-	(285)	-
Despesas com benefícios	(40)	(134)	-
Despesas com encargos sociais	(52)	(277)	-
Despesas com proventos	(159)	(644)	-
Despesas com treinamento	(12)	(31)	-
Despesas com estagiários	-	(4)	-
Total	(263)	(1.375)	-

Em 31 de dezembro de 2022, a distribuidora tinha ativo 3 funcionários e 1 estagiário (Em 31 de dezembro de 2021 não havia funcionários).

11. Outras despesas administrativas

	2ºsem/2022	31/12/2022	31/12/2021
Serviços técnicos especializados	(126)	(187)	(187)
Serviços do sistema financeiro/ Custódia CETIP	(69)	(154)	(129)
Publicações	-	(14)	(24)
Processamento de dados (a)	(516)	(1.012)	(1.307)
Aluguéis	(37)	(79)	(73)
Diversas	(24)	(74)	(63)
Total	(772)	(1.520)	(1.783)

(a) Em 31 de dezembro de 2022, dentro da rubrica processamento de dados foram registrados, basicamente, valores referentes a licença de software e suporte técnico de R\$ 1.012 (R\$ 1.307 em 31 de dezembro de 2022).

12. Imposto de renda e contribuição social

Reconciliação do imposto de renda e da contribuição social:

	31/12/2022	31/12/2021
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	(1.797)	(1.520)
Adições (exclusões) de despesas não dedutíveis ou receitas não tributáveis	1	(3)
Base de cálculo	(1.796)	(1.523)

Em 31 de dezembro de 2022, a Distribuidora tinha saldos de prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social no montante de R\$ 3.501 (R\$ 1.705 em 31 de dezembro de 2021), não reconhecidos em suas demonstrações financeiras, uma vez que os critérios estabelecidos na Resolução nº 3.059/2002, alterada pelas Resoluções nº 3.355/2006, nº 4.192/2013 e nº 4.441/2015 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e Circular nº 3.776 do Bacen não terem sido atendidos.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma).

13. Resultado recorrente e não recorrente

Nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021 a Corretora não apresentou resultado não recorrente, conforme demonstrado abaixo:

	31/12/2022			31/12/2021		
	Resultado Recorrente	Resultado não Recorrente	Total	Resultado Recorrente	Resultado não Recorrente	Total
Resultado Operacional	(446)	-	(446)	(1.520)	-	(1.520)
Lucro (prejuízo) do Exercício	(446)	-	(446)	(1.520)	-	(1.520)

14. Gerenciamento de risco

14.1 Visão geral

A Distribuidora está exposta aos riscos de mercado, liquidez e operacional, os quais são continuamente monitorados e geridos pela área de riscos e pela Administração.

14.2 Estrutura de gerenciamento de risco

A Distribuidora possui a estrutura de gerenciamento de riscos de acordo com as regulamentações no Brasil e em linha com as melhores práticas de mercado. O controle dos riscos de mercado, liquidez e operacional é realizado de forma centralizada por unidade independente, visando a assegurar que os riscos sejam administrados de acordo com o apetite de risco, as políticas e os procedimentos estabelecidos pela Distribuidora. O objetivo do controle centralizado é prover aos administradores uma visão global das exposições da Distribuidora, de forma a otimizar e agilizar as decisões corporativas.

14.3 Governança de risco e capital

No processo de governança de riscos e capital, a Distribuidora estabelece a sua estratégia com o objetivo de garantir nível adequado do apetite a riscos para as exposições assumidas de forma integrada, considerando o monitoramento contínuo do potencial de perdas, com reportes tempestivos e alinhado com a estratégia de negócios e a perpetuidade das atividades da instituição. A estrutura de gerenciamento tem o objetivo de garantir que os riscos sejam identificados, mensurados, avaliados, monitorados, reportados, controlados e mitigados em concordância com os objetivos no planejamento de capital.

15. Acordo de Basiléia (limite operacional)

Conforme permitido pela Resolução nº 2.283 do Banco Central do Brasil de 05 de junho de 1996 os limites da Distribuidora são calculados com base na totalidade dos ativos. O índice de Basileia para 31 de dezembro de 2022 foi de 154,26% (1.035,36% em 31 de dezembro de 2021).

16. Responsabilidades e compromissos

A Distribuidora não presta garantias e compromissos a terceiros.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma).

17. Outras Informações

Instrumentos Financeiros

A resolução CMN no. 4.966/21, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2025, dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e reconhecimento de relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN. O objetivo é buscar a convergência do critério contábil do COSIF para os requerimentos da norma internacional do IFRS. O plano de ação para implementação desta resolução teve seu prazo prorrogado de 30 de junho de 2022 para 31 de dezembro de 2022 conforme a resolução CMN no. 5.019 de 23 de junho de 2022.

Estas normas não produziram alterações nestas demonstrações financeiras, pois trata-se de normativos prospectivos.

18. Eventos subsequentes

Em 31 de dezembro de 2022 não houve eventos subsequentes que impactassem as demonstrações financeiras até a emissão do relatório de auditoria.

LUCIANO
MASCARENHAS
TAVARES:169872
72832

Assinado de forma digital
por LUCIANO
MASCARENHAS
TAVARES:16987272832
Dados: 2023.03.27
17:42:28 -03'00'

Luciano Mascarenhas Tavares
Diretor

Reinaldo Dantas
Contador CRC - 1SP 110330/O-6

* * *